

ISSN 1982 - 0283

SALTO PARA O
FUTURO

EDIÇÃO ESPECIAL
REDES DE
APRENDIZAGEM,
TECNOLOGIA E
QUALIDADE
DA EDUCAÇÃO

Ano XXII - Edição Especial - Junho 2012

tv  **scola**
o canal da educação

EDIÇÃO ESPECIAL:

**REDES DE APRENDIZAGEM, TECNOLOGIA
E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

SUMÁRIO

Tecnologias e currículo para uma educação de qualidade 3

Katia Gonçalves Mori

TECNOLOGIAS E CURRÍCULO PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Katia Gonçalves Mori¹

Jomtien, Tailândia, 1990. Este foi o cenário da Declaração Universal de Educação para Todos. Lá ficou acordado entre os países-membros da Unesco a oferta de educação como um direito a ser garantido.

De acordo com a Declaração,

(...) cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

Há três pontos de que trata esse trecho introdutório da Declaração que gostaríamos de destacar. O primeiro é que todos os cidadãos devem ter direito à educação; o segundo é que, para que este direito seja assegurado, faz-se necessário garantir o acesso à educação; o terceiro diz respeito à qualidade da educação, de qual formação está se falando, o que se quer assegurar, tendo em vista que o processo educativo tem o compromisso de propiciar o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais, baseadas nos princípios da ética e da solidariedade, para a construção do conhecimento por um mundo melhor.

Ofertar vagas na escola é um dos desafios que o Brasil tem enfrentado com sucesso. O último Censo Escolar, de 2010, revela que o País tem 51,5 milhões de estudantes matriculados na educação básica, nas redes pública e privada, sendo que dos 51,5 milhões, 43,9 milhões estudam nas redes públicas (85,4%) e 7,5 milhões em escolas particulares (14,6%). No entanto, vale a pena uma reflexão a respeito da qualidade da educação que está sendo ofertada.

Construir um mundo melhor não é uma tarefa de fácil realização, tampouco será possível somente com a educação. Numa época em que o melhor aparato tecnológico e a maior possibilidade de conexões estão a serviço da humanidade, somos marcados pela competitividade, pelo individualismo, pelo consumo e pelas aparências. Se, por um lado, a humanidade produziu um arsenal de conhecimento, ciência e tecnologia que permite o seu desenvolvimento, por outro, nunca tivemos tanta barbárie. Os altos índices de desigualdade social, a fome, as epidemias, as guerras, a exploração ambiental, a criminalidade e a exclusão social continuam presentes, muitas vezes se beneficiando das mesmas tecnologias.

Sem um projeto de identidade coletiva, sem um estado permanente de atenção à vida, sem reconhecer o outro como parte da própria condição de existência, o mundo tende ao caos, numa disputa acirrada pelo poder. Viver em sociedade não é intrínseco à natureza humana, a sociedade é feita por sujeitos que precisam aprender a se cuidar mutuamente. Sem este princípio continuamos produzindo fome, pobreza, destruição ambiental, guerra, exclusão... A sociedade precisa de pessoas que saibam conviver umas com as outras, que produzam vida digna para todos, que estabeleçam e participem de redes colaborativas. Nesse sentido, espera-se que sejam pessoas que possam desenvolver sua autonomia, sejam respeitadas em

suas particularidades e nas relações sociais, e que não lhes seja negada a oportunidade de desenvolverem-se plenamente.

Para Bernardo Toro (2005, p. 26), para se viver em sociedade é preciso aprender a exercer o pleno exercício da democracia. Uma sociedade democrática: aceita que sua ordem social seja construída por todos; percebe seus cidadãos como fonte e como criadores dessa ordem; tem consciência de que os cidadãos podem modificar a ordem social; converte os problemas em oportunidades, mediante o debate e a deliberação pública entre os cidadãos.

O papel da educação é fundamental nesse processo, pois a convivência social, por não ser natural, tem que ser ensinada, aprendida e desenvolvida todos os dias. Essa é uma tarefa de toda a vida de uma pessoa ou de uma sociedade (TORO e WERNECK, p. 18, 2004).

As pessoas se tornam sujeitos políticos na medida em que não lhes são negadas as condições para que possam participar socialmente. Letramento e voz são fundamentais nesse processo e quanto maior o poder de participação integrada e organizada, melhor será o exercício da democracia. Democratizar e politizar os espaços de produção possibilitam criar uma ordem mais centrada na relação capital-trabalho e comunidade-trabalho do que na lógica capital-consumo (SANTOS, 2010).

Quando a pessoa não está organizada <não pertence a alguma instituição ou organização>, não se sente obrigada a respeitar as regras dos outros nem da sociedade (não tem auto-regulação) e, ao mesmo tempo, seu isolamento facilita que os outros violem seus direitos (não há proteção social) (TORO, 2005, p. 22. Grifo nosso).

O fortalecimento social e a construção de uma sociedade mais justa começam pela tomada de consciência de que juntos e organizados os cidadãos são mais fortes para lutar e garantir os seus direitos. A educação, nesse processo, precisa ter como princípio a formação política, mas também, e sobretudo, ética.

Novos tipos de produção sempre vão existir, impulsionados pelo desejo e poder da humanidade, exigindo que se aprenda a lidar com eles, ao seu tempo, a cada nova situação. O que não pode desaparecer é a valorização da vida, a ética, o respeito à vida em longo prazo.

Esse é o caso da “ética do futuro” (...): o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente. (...) Como a representação não acontece automaticamente, ela deve ser produzida intencionalmente: portanto, obter uma projeção desse futuro torna-se um primeiro dever, por

assim dizer, introdutório daquela ética que buscamos (JONAS, 2006, p. 72).

A ética é, sobretudo, um ato consciente e de consciência histórica. O homem pertencente a um determinado ‘tempo e lugar’, dele sofre influência, influencia. Não age por instinto, nem sozinho, mas sim por sua condição racional, social, cultural e histórica. Esta é a condição que o torna humano. Portanto, ser ético é estar em constante estado de atenção à vida, é transcender da dimensão de indivíduo para a de sujeito que pertence a uma sociedade e dela participa, promovendo a vida. Para o autor, o homem fora da sua existência político-social não existe, ou, pelo menos, não é considerado relevante (SIDEKUM, 2002, p. 35).

A construção do conhecimento não se dá, portanto, de modo isolado. O homem aprende a ser humano quando interage com outro ser humano. E é nessa duplicidade, nessa cumplicidade, que as relações se estabelecem, podendo elas ser hierárquicas ou cooperativas, respeitosas ou excludentes, plurais ou ativistas. A sociedade vai se formando na medida em que as pessoas trabalham tecendo redes colaborativas de produção de bens, de serviço, de conhecimento, de recursos, de tecnologias.

Para isso, o currículo precisa estar apoiado em práticas pedagógicas que visam estimular os alunos a participarem, utilizando to-

dos os recursos possíveis para criar situações de aprendizagem, trabalhando em rede.

A instituição que educa deve deixar de ser “um lugar” exclusivo em que se aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda a sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações (IMBERNÓN, 2002, p. 8).

O papel do professor é fundamental nesse processo. São muitos os saberes que envolvem a profissão docente. Além do domínio do conteúdo que ensina, é desejável que o professor tenha acesso (participação, consciência e concordância) ao projeto pedagógico da escola, método, didática, inteligência inter e intrapessoal. Mas ele precisa também de condições de trabalho, infraestrutura e acesso às tecnologias, ser bem remunerado e bem formado; precisa ter autonomia e abertura para trabalhar, além de ficar atento às mudanças, num constante processo de ação-reflexão sobre a própria prática. Nessa atenção às mudanças, qualquer inovação parte, fundamentalmente, do professor.

Quando a escola, seja por meio de políticas

públicas, seja por uma reestruturação curricular, propõe algo inovador, seja no campo das ferramentas, do conteúdo ou da própria gestão, o professor é o ator fundamental na implantação da mudança. Introduzir um elemento novo ao currículo não irá provocar a mudança desejada se desconsiderar o professor ou tratá-lo como um técnico ou um executor de tarefas. No campo das TIC, significa que ele precisa conhecer as suas potencialidades, saber lidar com elas, entender sua relevância, para que, a partir daí, possa reprogramar a sua maneira de ensinar, de pensar, de pesquisar, de provocar a produção e produzir conhecimento.

Da mesma forma, se o professor entender a entrada de novos equipamentos na escola como algo novo, imposto, descolado de seu planejamento, provavelmente encontrará dificuldades para se apropriar e transformar a sua prática educativa. Nesse sentido, quanto mais ele participar crítica e reflexivamente da mudança, compreendendo a sua relevância, melhor será o resultado de sua adaptação.

Garantir a todos o direito ao uso das TIC é essencial nos dias atuais. O ambiente artificial, técnico, criado pelo homem, fez dele um novo ser que depende dos aparatos tecnológicos para se relacionar, construir conhecimento, consumir, produzir, viver. Atualmente o governo tem investido em tecnologias, equipando as escolas com computadores e

acesso à internet. A questão que fica é como essa entrada pode provocar boas práticas para que sejam alcançados os resultados desejados, tendo em vista que a formação de sujeitos autônomos e conscientes de sua condição de vida plena em sociedade significa que esses sujeitos devem se responsabilizar e colaborar para a vida digna de todos.

Segundo Alípio Casali (2011), a qualidade da educação pode ser compreendida no campo de quatro dimensões, a saber: pré-condição, condição, práticas e resultados. No rol das **pré-condições**, está, por exemplo, a democracia, o estado de direito, as políticas públicas com recursos adequados, a remuneração digna dos profissionais da educação, sua **formação inicial e continuada**, entre outras. Como **condição**, instalações adequadas (salas de aula, laboratórios, equipamentos – e podemos incluir computadores, internet etc.) vestuário e alimentação, processo de avaliação permanente, gestão democrática, infraestrutura com direito a acesso às tecnologias etc. Como **práticas**, um currículo que integre a escola com a comunidade, que propicie a aprendizagem cognitiva, emocional, social, que respeite cada sujeito em sua diversidade; práticas essas vivenciadas em relações de respeito, solidariedade, liberdade. São **resultados**, a formação pessoal e social, a autoestima, a emancipação dos sujeitos, a apropriação do espaço público, a capacidade de ser bem sucedido no mundo do trabalho, de participar socialmente.

Para se atingir uma educação de qualidade, pré-condições e condições são necessárias para que o currículo seja bem articulado, adequado ao seu tempo, integrador, formador de pessoas autônomas, críticas e participativas. Portanto, não se trata de uma preparação instrucional, técnica apenas. Ela precisa acontecer no espaço da diversidade, se valorizar a partir dela; superar a formação individualista, competitiva, consumista. O currículo precisa oferecer uma educação em valores que promova o desenvolvimento cognitivo, social, cultural, emocional e, sobretudo, ético. Além das diversas áreas do conhecimento, como a linguagem em todas as suas formas e mídia, matemática, artes, ciências naturais, ciências sociais, filosofia e sociologia, ele precisa ser guiado por um processo avaliativo que permita melhorar o aproveitamento da aprendizagem e da formação para a cidadania durante o percurso.

Espera-se que experiências promotoras do pensamento crítico, da vivência solidária, da participação social e do conhecimento-emancipação levem o estudante a tomar consciência de que faz parte da sociedade, precisa saber respeitá-la, usufruir e intervir. O conteúdo aprendido na escola não é um fim em si mesmo. Por meio de redes de aprendizagem, de colaboração, a escola pode criar situações de aprendizagem onde os alunos sejam desafiados a colocarem seus conhecimentos a serviço de uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, o currículo pode ser pensado a partir de experiências que propiciem a apropriação das tecnologias e dos conteúdos a serviço de uma vida digna para todos. Criar espaços onde haja aplicação real dos saberes escolares para resolver problemas sociais reais identificados pela comunidade escolar, especialmente com a percepção do aluno, pode ser um diferencial para uma educação de qualidade.

O manejo das tecnologias, o acesso ao conteúdo acumulado culturalmente, as habilidades de convivência, o saber fazer e resolver situações-problema e o discernimento para saber como empregar a inteligência para melhorar a qualidade de vida exigem mais do processo pedagógico do que a preparação para a vida escolar, pois ensinar exige a formação do sujeito ético. Exige amadurecimento, comprometimento, disciplina.

Práticas que sugerem um currículo contextualizado, crítico, elaborado em parceria com a comunidade para resolver problemas sociais reais podem ser algumas das maneiras encontradas pelas escolas para oferecer educação de qualidade. Em outras palavras,

se a questão da qualidade é uma conjunção de fatores, como o acesso às tecnologias, formação de professores, a infraestrutura da escola, a gestão democrática, entre outros, um bom projeto pedagógico que resulta numa boa prática pedagógica exige articulação, trabalho e compromisso com uma educação humanizadora, emancipadora.

Leonardo Boff (2005; 2006), em sua trilogia sobre as virtudes para um outro mundo possível, aponta o intercâmbio, o respeito, a convivência, o estar junto e o cuidado com a mãe-Terra como as únicas alternativas ao suicídio a que se propõe uma sociedade individualista e competitiva.

O processo educativo precisa garantir esses espaços de intercâmbio, de respeito às diferenças, de interculturalidade. Ensinar a indignar-se, a pensar, a resolver problemas, a agir em favor do bem comum, na direção da construção de um mundo melhor para se viver. Qualificar o debate acerca da educação é considerar que a todos e a cada um deve ser garantido o direito à formação emancipadora, libertadora, solidária, com todas as pré-condições e condições asseguradas.

8

EDIÇÃO ESPECIAL: REDES DE APRENDIZAGEM, TECNOLOGIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A Edição Especial: **Redes de aprendizagem, tecnologia e qualidade da educação**, com veiculação no programa Salto para o Futuro/ TV Escola em 31/05/2012, coloca em debate a entrada das tecnologias na escola e a formação de redes de aprendizagem para uma educação humanizadora, emancipatória, que garanta a oferta de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível - VI: A hospitalidade: direito e dever de todos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Virtudes para um outro mundo possível - VII: Convivência, respeito, tolerância*. Petrópolis: Vozes, 2006a.

_____. *Virtudes para um outro mundo possível - VIII: Comer e beber juntos e viver em paz*. Petrópolis: Vozes, 2006b.

CASALI, Alípio. O que é educação de qualidade? In: *Quanto custa universalizar o direito à educação?* Brasília: UNICEF/CONANDA, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2002.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraopção/PUC-Rio, 2006.

TORO, José Bernardo. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísea Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SIDEKUM, Antônio. *Ética e alteridade. A subjetividade ferida*. São Leopoldo, RS: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002.

Presidência da República
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO
Supervisão Pedagógica
Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento pedagógico
Luís Paulo Borges

Coordenação de Utilização e Avaliação
Mônica Mufarrej
Fernanda Braga

Copidesque e Revisão
Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração
Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil
Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultora especialmente convidada
Katia Gonçalves Mori

E-mail: salto@mec.gov.br
Home page: www.tvbrasil.org.br/salto
Rua da Relação, 18, 4o andar – Centro.
CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)
Junho 2012